

DÚVIDA, ERRO E LOUCURA NO CÓGITO CARTESIANO

Diego Echevengua Quadro

Universidade Federal de Pelotas

Introdução

O pensador francês René Descartes ocupa um lugar privilegiado dentro da tradição filosófica. Acredito que somente outras duas outras figuras ocupem um lócus privilegiado no cânone da filosofia: Platão e Hegel. Portanto, podemos admitir uma tríade Hegeliana que perpassa a história da filosofia ocidental começando com Platão e a fundação da metafísica pela segunda navegação; logo após teríamos todas correntes e pensadores se aparelhando para enfrentar Platão em um puro movimento dialético que ao negá-lo o assume como adversário e, portanto, aceita seus termos mesmo que negativamente. Temos aqui o exemplo de Aristóteles, que não reconhece a dualidade de mundos nem a centralidade do conceito de Ideia como acessível à dimensão noética do filósofo.

Outro corte epistemológico de tamanha grandeza só vem a aparecer no pensamento filosófico com Descartes. Descartes não é aquele que tentou deduzir tudo de um eu substancializado que fundaria tudo a partir de si como um mágico tira um coelho de sua cartola. Na verdade, Descartes inaugura algo que vem a ser fundamental para o porvir, seja no âmbito epistemológico, ontológico ou político: a subjetividade. Tal subjetividade reconhece uma ruptura entre o mundo exterior e o meu “self” interior; há uma dimensão traumática na maneira que o sujeito experiencia o mundo. É no reconhecimento dessa fissura entre o que se passa dentro de mim e o mundo lá fora que a filosofia vai encontrar seu lócus para daí emanar seu novo discurso. Esse curto-circuito operado por Descartes entre nossa mente e a

extensão exterior parece ser o ponto de partida para uma nova compreensão do conhecimento filosófico e o interstício entre nossa mente e nosso corpo, além do *cogito*, será o grande legado do filósofo para a posteridade.

No entanto nossa tríade não estaria completa sem a inclusão de Hegel, filósofo responsável pelo fim do dualismo sujeito-objeto, suturando assim aquilo que Descartes havia cindido. Para Hegel o negativo era constitutivo da ontologia. Diferentemente da Lógica tradicional, que afirma o princípio de identidade e de contradição, a Lógica de Hegel busca abarcar o devir, o contrário e a possibilidade da passagem de um elemento para outro. Sem muito me demorar sobre Hegel, o filósofo alemão atribuía à Filosofia (que estaria acima da Arte e da Religião) a possibilidade de acessar o saber absoluto.

Agora devemos, como bons dialéticos, opor a essa tríade outra que a acompanha pela história da filosofia e se contrapõe de forma dialética a ela: nessa tríade oposta temos Aristóteles, com seu método analítico e sua ontologização do mundo sensível, contra Platão; logo após, Kant limita as pretensões cartesianas do cogito, e possibilita a distinção entre juízos analíticos e sintéticos, pedra de toque para a futura corrente analítica que tem em Wittgenstein seu principal representante e com o qual a Filosofia assumirá apenas um caráter terapêutico de nossas proposições e enunciados. Tal distinção operada por mim, e que certamente possui seus problemas, tem o objetivo metodológico de situar Descartes dentro de uma tradição assumidamente fundacionalista (palavra esta que hoje em dia dentro da Filosofia ganhou tons de ofensa) e metafísica. O fato de seu pensamento estar inserido na corrente racionalista ou metafísica não deve, entretanto, nos apartar do que realmente Descartes tem a nos dizer e contribuir com seu pensamento tão inovador e bombástico para seu tempo; e devemos lembrar o

quanto Descartes é objeto de estudo da Filosofia da Mente e, portanto, como suas categorias permanecem atuais.

A Dimensão Estrutural da Dúvida e a Questão da Loucura

Começemos pela “dúvida”. Para Descartes, esta assume um caráter estrutural dentro de seu sistema; é ela que possibilita o distanciamento de nossos pré-conceitos e nossas pré-noções; ao nos distanciarmos daquilo que é duvidoso, incerto e improvável exercemos a dúvida metódica e assim nos é possibilitado chegarmos a um conhecimento mais seguro do que buscamos conhecer. Descartes principia submetendo à dúvida todas suas antigas opiniões com o objetivo de ver qual se sustenta ao passar pelo seu crivo. Na “Meditação Primeira” das *Meditações Metafísicas*, a dúvida assume um caráter radical e forte e perpassa as principais crenças e opiniões de Descartes, de forma a lhe possibilitar chegar a um porto seguro.

Descartes estende a dúvida aos seus sentidos, que lhe tinham possibilitado aprendizado até o momento; como ele lhe teriam enganado mais de uma vez, nos diz a prudência não confiar totalmente neles; assim, a dúvida é estendida aos seus sentidos.

Neste ponto, na “Meditação Primeira” Descartes faz um movimento sobre o qual até então não havia relato na tradição filosófica: ele introduz a loucura.

A não ser, talvez, que me compare com aqueles insensatos cujo cérebro é de tal maneira perturbado e ofuscado pelos negros vapores da bília, que asseguram constantemente que são reis quando paupérrimos, que estão vestidos com ouro e púrpura quando estão de todo nus, ou imaginam ser cântaros, ou ter um corpo de vidro. Mas que? São loucos, e eu não seria menos extravagante se me regresse por seus exemplos (DESCARTES, 2011, p. 31).

A inclusão da loucura na “Meditação Primeira” é algo muito problemático, mas só chamou a atenção dos estudiosos a partir de 1961 com o lançamento por parte do também filósofo francês Michel Foucault do livro *História da Loucura na Idade Clássica*. Foucault argumenta que a radical rejeição da loucura e de se estar louco como hipótese para guiar o sujeito participa da dúvida enquanto sua condição fundante, pois mesmo esta estando cheia de erros e ilusões, ainda assim em seu seio resta um “resíduo de verdade” do qual o filósofo não pode abdicar. Para Descartes, não ser louco é condição necessária para o sujeito que pensa, pois a loucura é aquilo que vem impossibilitar o pensamento. Para Foucault esta exclusão seria o exemplo maior de como o pensamento clássico tratou a loucura, como pura negação da razão, sem nenhum status epistemológico ou forma de participar do jogo da razão.

Para o comentador de Descartes André Gombay a passagem na qual o filósofo traz a loucura é digna de nota:

Dois fatos são dignos de nota no que se refere a essa suposição. O primeiro é que ela é considerada de modo extremamente sumário, exatamente na única frase que temos aqui, e dispensada ainda mais sumariamente na enigmática segunda frase de nosso texto. Nunca mais ouviremos falar de loucura nas *Meditações*. O segundo fato, talvez relacionado, é que essas duas frases não atraíram atenção alguma dos leitores acadêmicos de Descartes até poucas décadas atrás (GOMBAY, 2009, p. 49).

A pouca atenção ao status que a loucura tinha dentro da obra de Descartes vem sem dúvida na rasteira do status que o próprio louco e o sujeito de uma doença mental tinham nas sociedades chamadas por Foucault de disciplinares. Mas mesmo assim me parece um ponto fulcral darmos crédito a Descartes por seu movimento de trazer a loucura para o âmbito da reflexão filosófica e epistêmica, mesmo que de forma rápida. Mas parece inegável que o

status que a loucura recebe em seu pensamento é de pura negatividade, uma vez que é excluída de seu sistema.

Logo após a figura do louco, aparece um outro “personagem” familiar a quem estudada Descartes: o Deus enganador. Mas logo Descartes percebe de que Deus não poderia ser o autor de todo um teatro que tivesse por objetivo enganá-lo e distanciá-lo da verdade. Por isso introduz a ideia de um “gênio maligno” capaz de enganá-lo e levá-lo ao erro; por isso também suspendera o juízo sobre tudo aquilo que chega aos seus sentidos e sobre o que é capaz de perceber. Aqui, como Arquimedes, Descartes busca um princípio que lhe seja certo e indubitável. Para isso ele assume como falso toda extensão, movimento, lugar, corpo etc. Tudo aquilo que poderá ser posto em dúvida será radicalmente posto como falso por Descartes.

Mas ele procede em sua busca arquimediana, e de dúvida em dúvida, blindando seu espírito contra toda falsidade e escapando das garras do gênio maligno que insiste em lhe perseguir, Descartes chega ao princípio fundador de seu sistema e ao que será capaz de sustentar um edifício filosófico de maneira sólida:

Um outro [atributo da alma] é pensar; e noto aqui que o pensamento é um atributo que me pertence. Só ele não pode ser desprendido de mim. *Eu sou, eu existo*: isto é certo; mas por quanto tempo? A se ocorrer, se eu cessasse de pensar, que cessasse ao mesmo tempo de ser e de existir. Não admito agora nada que não seja necessariamente verdadeiro: não sou, então precisamente falando, senão uma coisa que pensa, ou seja, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são termos cujo significado era-me anteriormente desconhecido. Ora, eu sou uma coisa verdadeira e verdadeiramente existente; mas que coisa? Disse-o: uma coisa que pensa. (DESCARTES, 2011, p. 46)

Temos aqui o momento fundante do *cogito*: Descartes se reconhece como uma substância pensante. Aquilo que funda seu sistema é a pura subjetividade humana. É na autorreflexividade do eu sobre si mesmo, (tenho dúvidas quanto a esta vírgula) no reconhecimento do pensar, que Descartes

encontra aquilo que é capaz de ser a pedra inicial de um sistema capaz de manter-se em pé.

O Estatuto do Erro para Descartes

E nesse sistema o “erro” não possui o status de pura negatividade. Na “Quarta Meditação” Descartes nos apresenta o erro não como um mero defeito ou uma dimensão capaz de gerar ilusão ao aparato cognitivo humano, mas o apresenta como privação de um conhecimento que caberia ao homem possuir.

Descartes começa achando que é incomensurável tentar compreender os desígnios de Deus e por que Deus o teria criado como o criou, com um aparato cognitivo falho e imperfeito, mas tendo provado Deus (deduzindo do conceito de Deus sua existência de fato) e sua existência, Descartes entende que seus erros são frutos de seu intelecto imperfeito e de sua vontade. Descartes chega à conclusão de que não haveria nenhuma razão para poder provar que Deus lhe devesse ter dado um intelecto e faculdades de conhecimento melhor dos que as que possui. E passa a acreditar que por mais que seja perfeito o criador de uma obra, não há uma necessidade fundamental de que suas obras sejam também perfeitas.

“De que lugar então surgem os erros?”, pergunta Descartes: a resposta é que há um descompasso entre a vontade e o entendimento, onde a vontade é muito maior e extensa que o entendimento e dessa forma lança-se para além das coisas que entende e pode mal compreender e escolher o falso no lugar do verdadeiro, e fazer com que se peque contra os desígnios de Deus.

Considerações Finais

Portanto, o erro não ameaça a dimensão estrutural do sistema cartesiano, uma vez que esse sistema se vê estruturado em dois sólidos princípios: o “Eu penso” como princípio epistemológico fundante e estruturante do sistema, e um Deus que possui a função estrutural de dar sustentabilidade ontológica a todo sistema cartesiano e legitimá-lo. O “erro” é assim entendido como aquilo que acompanha um aparato cognitivo limitado e que, portanto, não pode assumir um estatuto de completa negação. A “dúvida”, assunto tratado acima, é a grande novidade epistemológica trazida por Descartes, pois apenas a partir deste filósofo é que ela assume a dimensão de um método. A “loucura”, assunto introduzido na tradição filosófica por Descartes, também é um ponto que acredito fundamental de ser trabalhado, pois por mais que apareça de relance em sua obra, é característico de como toda uma época via e entendia o fenômeno da desrazão.

É a partir da obra e do pensamento do filósofo francês que a loucura será entendida como o “outro da razão”, aquilo que distoa completamente da razão e cujo estatuto aparece como pura negatividade. O personagem do louco, como bem trabalhado por Foucault em seu clássico estudo, não tem nada a nos dizer a não ser uma fala incongruente e desconexa que desarticula a razão em seu discurso cheio de metáforas sobre luz e clareza; a loucura é o fosso escuro onde a razão só encontra o seu próprio desatino. Na loucura o discurso racional cessa e emerge a pura incongruência, e como Foucault nos fala brilhantemente, o que há de grito, de dor e de saber na voz do louco é para sempre filtrado pelas nossas categorias e pelo nosso saber fincado na luz de uma razão que brilha tanto como em Descartes, a ponto de cegar qualquer dimensão não categorizável pela razão.

Dessa forma, podemos dizer e reafirmar a centralidade da posição de Descartes no cânone da tradição filosófica ocidental, afinal de contas, em apenas um livro como as *Meditações* tamanha riqueza conceitual e filosófica é apresentada. “Erro”, “dúvida”, “loucura”, *cogito* etc., entraram de forma decisiva para o repertório da Filosofia, mas de uma forma nova desde então, em uma nova dimensão, fulcral, pois tais conceitos visaram trabalhar radicalmente as bases de nosso saber; além disso, a busca por uma nova *arché* para fundamentar o nosso saber acaba por provocar uma grande ruptura que se realiza na modernidade, o surgimento da subjetividade, que no ocidente teve por iniciador a filosofia cartesiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2004.
- GOMBAY, André. *Descartes: introdução*. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão e Loucura*. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- SKIRRY, Justin. *Compreender Descartes*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.